



Urbanismo climático e contra-experimentações regenerativas em Milão (Itália)

Daniel Delatin Rodrigues¹

Resumo

A cidade de Milão tem se destacado como uma das cidades mais ativas internacionalmente na adoção de políticas de adaptação a eventos climáticos extremos. Sua área metropolitana é atualmente uma das regiões com maior índice de poluição atmosférica da Europa. Diante deste primado, o município tem promovido políticas de mobilidade de ‘baixo impacto’ e um amplo programa de reflorestamento urbano. Mas esta faceta se conecta, e não contradiz, a uma prática de exploração intensiva do solo urbano e especulação imobiliária incontável (definida por ativistas como o ‘Modelo Milano’) - com a consequente expulsão de populações de baixa renda às áreas metropolitanas periféricas. O objetivo deste trabalho é aquele de apresentar de que modo os clima-ativistas respondem ao desafio simultâneo de bloquear a ‘máquina do antropoceno’ (Amin e Thrift, 2017) e desertar daquilo que definiremos como ‘socialidades fósseis’ - engajando-se portanto na criação de novos territórios existenciais (Guattari) não mediados pelas redes de dependência (Stengers, 2020) extrativistas. Este trabalho se baseia em um trabalho de campo (presencial e virtual) de 18 meses com os clima-ativistas (a rede ‘Milano per il Clima’) e administradores públicos envolvidos na elaboração de planos de mitigação e adaptação climática (DP Città Resiliente). Aqui, iremos nos concentrar em dois aspectos: em primeiro lugar nas estratégias de resistência dos clima-ativistas para evitar a destruição de áreas verdes urbanas (Bovisa, Baiamonte e Bassini) através bloqueio, ocupação, audiências públicas e manifestações; em segundo lugar, nas práticas de regeneração de áreas abandonadas na periferia da cidade (‘Regeneration Heroes’/Parco della Vettabbia). Se no primeiro caso se trata de seguir o modo como os clima-ativistas buscam enfrentar e desacelerar a ‘máquina do antropoceno’, no segundo caso trata-se de explorar - a partir de um território geograficamente marginal - as experimentações de coexistência multiespécie e de ações coletivas definida por eles como ‘regenerativas’ (como a ‘guerrilha agroflorestal’). O fio que conecta ambas situações é aquele de ‘tornar-se ativo’ (become active) enquanto dimensão subjetiva e material, pessoal e coletiva que ‘arrasta’ estes ativistas em uma trajetória de experimentação de respostas não-bárbaras (Stengers, 2009) que, segundo o relato de uma das ativistas, se definia pela urgência de “aprender a viver no tempo do colapso climático e ecológico”.

Palavras-chave: urbanismo climático, clima-ativismo, contro-experimentações

Introdução

Neste trabalho pretende-se explorar dois aspectos que defino como indissociáveis: o de 1) tornar-se ativo em 2) um mundo ativo e vivo. Independentemente do nome que possamos

¹ Programa de Estudos Urbanos (Urbeur), Departamento de Sociologia - Università degli Studi Milano-Bicocca.

dar a essas atividades terrenas (Gaia, Zonas críticas), nossa intenção é seguir algumas práticas (e suas consequências) de ‘tornar-se ativos’ por alguns ativistas do clima na cidade de Milão: ou seja, quais são as consequências de tornar-se ativo em um 'mundo vivo'? O que isso implica e que formas de subjetivação se produzem quando o mundo deixa de ser um "fundo inerte" e passa a intervir nas práticas e na produção de si e dos próprios vínculos coletivos? Com a noção de tornar-se ativo, portanto, procuro apreender as particularidades de um processo em que um sujeito se torna ativo apenas na medida em que está envolvido em uma ‘agentividade’ mais do que humana.

Mas apreender essa atividade de um mundo animado, como foi possível constatar durante o trabalho de campo, não é acolhido como revelação de uma realidade já pronta e existente; não se trata de um ‘sujeito nu’ diante de um mundo revelado em sua plenitude; em um mundo cada vez mais expressivo, isto é, que reage e interfere nas questões humanas. Essa ‘agentividade’ deve ser apreendida e traduzida por meio de suas manifestações materiais particulares e territorialmente circunscritas; esses sujeitos ‘tornam-se sensíveis’ a agências não-humanas por meio de dispositivos específicos e de outros seres vivos situados em relações circunscritas de interdependência (e também dependência, como podemos verificar com os combustíveis fósseis). São, portanto, trajetórias - e histórias - de encontros particulares, em territórios particulares. Esses encontros, parciais e precários, tornam-se ocasiões para uma elaboração narrativa e prática que os engaja com o território em contraste explícito com as narrativas desencarnadas da modernização, do progresso e do crescimento econômico. Aqueles que se tornam ativos devem, portanto, aprender a "ler" essas manifestações, articulando as menores atividades cotidianas às complexas interações climáticas e ecológicas em um determinado *milieu* (Stengers 2020).

A máquina (antropocêntrica) urbana

Ao situar esse 'tornar-se ativo' em uma área urbana, nossa intenção é produzir contrastes que nos permitam acompanhar as tentativas de transformação pessoal e coletiva promovidas por esses ativistas. Ao acompanhar esses ativistas em suas atividades de contraste às mudanças climáticas, pudemos registrar que ela se estendia a uma grande variedade de objetivos (energia, nutrição, mobilidade, consumo etc.): ou seja, à todas as condições técnicas, materiais e subjetivas de reprodução gerada por infraestrutura de sustentação fósseis; será o que

definiremos como a problematização situada dos *attachments* materiais e discursivos existentes no *milieu* urbano.

Esse urbano é composto por uma materialidade animada que é problematizada, manipulada, aceita e rejeitada. Essa materialidade interfere, modifica, *fai-faire*; constitui obstáculo e vetor por onde se pode percorrer trajetórias conflitantes - o risco é permanente, pois esses sujeitos descrevem sua posição em relação a essa máquina urbana como uma armadilha, que requer atenção constante para não serem capturados. O 'mundo', no entanto, pode se tornar ativo de diferentes maneiras e isso mina a própria noção de um contexto estável ou de um ponto de vista comum já existente.

Tentando escapar da sociabilidade fósil, aqueles que agem devem criar permanentemente situações de encontro que favoreçam relações interdependentes e a geração de novas formas associativas: acolher este 'mundo animado' em um espaço relacional urbano implica a produção de outro pessoal e significados coletivos - o que Stengers chama de “fazer sentido em comum” - e que são orientados centralmente pelo tema da regeneração e recuperação ecológica. Eles tentam reativar as relações interespecies por meio das quais essa ‘agentividade’ não humana pode adquirir relevância nos agenciamentos territoriais materiais e discursivos concretos.

O que definimos como ‘devir vegetal’ busca circunscrever esse processo de envolvimento com árvores e plantas para se situar de forma consistente no novo regime climático (Latour 2017) - ou seja, como uma resposta situada em um *milieu* que se sustenta justamente pelas "cadeias de dependência” fósseis. Mas em Milão isso também significa contrastar e coexistir com iniciativas de regeneração urbana promovidas por meio de parcerias público-privadas, como o projeto Florestami da administração municipal, que pretende plantar três milhões de árvores na área metropolitana, e que estão 'embutidas' na atual lógica de regeneração como motor do desenvolvimento urbano e do crescimento econômico - o que foi definido como urbanismo climático (Long & Rice 2018).

De acordo com Long e Rice (2018), todos os aspectos descritos estão levando a uma grande mudança nos paradigmas de planejamento urbano com foco na construção de “cidades amigáveis ao clima” e “cidades resilientes ao clima”. Essa perspectiva de planejamento urbano é chamada pelos autores de urbanismo climático. Alguns autores argumentam que agora estamos vendo uma transformação no último modelo de 'urbanismo sustentável' que marca uma abordagem diferente (novas políticas, programas e iniciativas) para lidar com as mudanças climáticas em contextos urbanos. Muitas cidades, grandes e pequenas, especialmente nas

idades 'globais', têm demonstrado um interesse estratégico em responder às mudanças climáticas "(Luque-Ayala et al. 2018: 3). Estas crises “levam a tipos particulares de respostas urbanas” o que, por sua vez, “implicam concepções bastante diferentes sobre o futuro das cidades”(Hodson & Marvin 2010: 300).

O design do ar e do clima

O plano Ar e Clima² foi uma tentativa de estabelecer um plano municipal integrado que deveria articular a redução da poluição do ar com aquelas relacionadas às políticas de mitigação e adaptação ao clima, “possibilitando intervenções sinérgicas que produzam benefícios em ambas as frentes”. O Plano visa uma cidade “zero emissões” de forma integrada também do ponto de vista da justiça ambiental e social.

Um dos primeiros documentos acessados para verificar quais eram as perspectivas do ponto de vista da administração municipal foram aqueles originados da parceria com “100 Resilient Cities” e a rede C40. Nelas eram definidos os pontos críticos da cidade, como ilhas de calor, degradação ambiental e urbana, inundações, falta de habitações e revoltas sociais³. Estes cinco aspectos mostram perfeitamente a transversalidade que percorre estes planos; mas mais que uma simples surpresa a respeito de temas aparentemente não conectados, esta escolha de prioridades nos permitia seguir ‘in the making’ os mecanismos de gestão, o campo problemático que se colocava a administração pública frente os eventos climáticos planetários.

Daquilo que pode ser lido no documento oficial e de conversas com membros da equipe que o elaboraram, a perspectiva de resposta urbana deveria ser baseada em um tripé: a resiliência deveria ser ambiental, social e econômica. A resiliência ambiental exigiria o design de soluções que pudessem responder

às várias questões climáticas e ambientais que surgem (aumento das temperaturas, inundações, poluição do ar, etc.), em particular devolvendo uma parte significativa do território da cidade a vegetação e superfícies permeáveis e tentar redescobrir a importância da natureza no contexto

² <http://allegati.comune.milano.it/politicheambientali/AdozionePianoAriaClima/delibera79.pdf>

³ No documento final os desafios são definidos em dois grupos: shock e estresse. Os shocks seriam inundações; colapso do sistema de infraestrutura; privação e pobreza; ataques cibernéticos; acidentes com materiais perigosos. Já aqueles de estresse seriam a poluição do ar e da água; ondas de calor e calor extremo; degradação de espaços urbanos; exclusão social e desigualdades; falta de moradia digna e acessível; uma população envelhecida; falta de segurança e possíveis ataques terroristas; ondas de migração; motins ou distúrbios civis (2020, p.757).

urbano, também ao nível do bem-estar da população e do aumento da biodiversidade (Comune di Milano 2020: 760. Tradução nossa).

Isso deveria ser feito particularmente através das florestas urbanas e com a difusão de ‘soluções verdes’. A resiliência social é definida como “a capacidade de um indivíduo gerar fatores biológicos, psicológicos e sociais que lhe permitem resistir, adaptar-se e fortalecer-se, perante uma situação de risco, gerando um resultado individual, social e moral”. Ao mesmo tempo, a resiliência social pode ser usada para definir a tendência de um grupo, uma estrutura social, uma instituição ou uma nação para formar estruturas de coesão e identidade capazes de gerar um sentimento de pertencimento; isso lhes capacitaria para lidar “com eventos e situações perigosas que, ao mesmo tempo, garantem a sobrevivência daquele grupo e o tornam mais sólido” (idem 2020: 762). Já a resiliência econômica seria “a capacidade de um sistema econômico de retornar ao seu estado inicial após sofrer um choque ou após uma perturbação”. Também pode ser definida como a condição em que o sistema contém em si as “capacidades adaptativas que lhe permitem reorganizar espontaneamente, após um choque, a sua estrutura do ponto de vista econômico, institucional e social, e encontrar novos caminhos para o crescimento” (idem 2020: 772).

A noção de resiliência portanto funciona como operador transversal cujo objetivo é aquele de manter uma ordem social funcional mas, ao mesmo tempo, ele deve “fazer emergir indivíduos conscientes e resilientes” (idem 2020: 5). A necessidade de promover transformações materiais e subjetivas nas cidades a partir da injunção de que “o clima muda e a cidade é obrigada a mudar com ele” (idem 2020: 761).

O plano Ar e Clima atravessa práticas, sujeitos e materialidades, onde é delineado um ponto de vista em que se trata de sobreviver na precariedade, nas incertezas e no presente de eventos extremos, “aumentar a resiliência e promover sua capacidade de sobreviver a situações de emergência” (idem 2020: 97). O modelo de resiliência, enquanto matriz operativa de relações heterogêneas deve contribuir - de maneira material e discursiva - a produzir sujeitos que saibam “se questionar e aprender a ser flexível e disponível diante das inovações”; da mesma forma, continua o documento programático, “as medidas de adaptação impõem uma certa mudança a partir de nossos hábitos cotidianos: saber desistir de seus hábitos individuais para que todos, coletivamente, tenham mais chances de viver bem”; para isso era necessário partir dos “muros domésticos e das práticas do cotidiano [para] que a resiliência social possa encontrar terreno fértil” (idem 2020: 767). A conclusão é que um

sistema urbano não pode ser considerado desvinculado da comunidade que o habita e, conseqüentemente, “mesmo quando se trata de questões como a adaptação às mudanças climáticas, não se pode ignorar a necessidade de contaminar as comunidades com paradigma de resiliência” (idem 2020: 763).

Conflitos entre Cidades

Mas a Cidade Resiliente (CR) não emerge sem que uma pluralidade de públicos interessados se constituam a partir daquilo que consideram relevante manter ou inventar como condição para vida coletiva. Se instauram, portanto, conflitos entre a Cidade Resiliente oficial e diversas proposições em torno de Cidades Ecológicas (CEs). Este é um exercício especulativo na medida em que a CR como a CEs se desenvolvem a partir de experimentações em curso. Aqueles que se mobilizam por CEs não apenas resistem, mas buscam inventar e criar outras formas de urbanismo - mas não reivindicam o urbanismo como categoria privilegiada de ação; apontam para a necessidade de reinventar o espaço relacional para além dos humanos. Se como observa Latour (2017), é necessário retornar a terra, aterrar, assume-se portanto um desafio de conhecer o território e orientar-se a partir das condições existentes, mas também de explorar como elas poderiam ser diversas: isso porque eles buscam situar de maneira explícita outros aspectos que lhes interessam, enquanto a máquina do antropoceno, funcionado através do reforço das cadeias de dependência, produz invisibilidade e indiferença as tênues condições ecológicas que sustentam múltiplas formas de vida e tende a se fechar nos circuitos econômicos e ecológicos locais a partir da noção de funcionalidade não humana.

Existe portanto uma política ecológica e climática minoritária que busca reverter a captura destes territórios nos termos de ‘crescimento econômico e progresso’. Por esse motivo, não podemos dissociar a orientação da ação pessoal e coletiva sem considerá-la parte de agenciamentos onde fluxos semióticos, materiais e sociais são trabalhados (Deleuze & Guattari 1987).

Estes clima-ativistas criam narrativas, palavras-de-ordem, encontros públicos, instrumentos de luta e produzem práticas coletivas através dos ‘restos’ da cidade modernista, da perspectiva do colapso e da esperança de construir respostas não-bárbaras: sujeitos particulares em situações particulares de precariedade estão buscando reinventar modos de pertencimento coletivo (Stengers 2015) para além dos humanos. E isso nos parece uma questão política de fundamental importância. Aquilo que pudemos acompanhar desde o início desta

pesquisa se mostra de maneira fragmentada, como são fragmentadas as ações, as narrativas e os meios utilizados para produzir outros agenciamentos. São ações e formas de pertencimento que afloram nos interstícios (Stengers 2020) da máquina do antropoceno, em áreas abandonadas, destruídas, mas também em pequenos espaços que conseguiram fugir da 'máquina de morte' do desenvolvimento urbano.

O caso do Parque Bassini

O caso Bassini pode ser considerado como um dos eventos corriqueiros na produção das cidades modernistas. A decisão da *Politecnico di Milano* (POLIMI) de construir um outro prédio para o departamento de Química em um área residencial teria tudo para ser considerado em termos de *business-as-usual* de desenvolvimento urbano. Este aspecto não passou despercebido por uma das residentes que confluuiu no comitê 'Salvamos o parque Bassini'. Ela considerava absurdo que uma instituição como o Politécnico continuasse a promover projetos de transformação urbana baseada nos mesmos modelos de planejamento da década de 1970. Segundo ela, se tratava de um equívoco que colocava em questão o verdadeiro compromisso da instituição - mas também da administração municipal que deveria dar permissão - com os princípios de sustentabilidade. Mas que coisa era Bassini? Segundo depoimentos coletados em nosso trabalho de campo, se mostrava que Bassini era uma área verde já anterior à 1722 - a data é imprecisa - uma área que não foi edificada por séculos e, por esse motivo, possui 'grande valor ecossistêmico e um solo que conseguiu escapar da voragem urbanística do século XX (Sara, Comitê). Nos diversos depoimentos e comunicados publicados e distribuídos neste período, o comitê (22/01/2020) declarava que sua intenção era aquela de "discutir alternativas para cimentação da área de Bassini partindo do pressuposto de que o parque deve ser preservado". Segundo o comitê era necessário encontrar um local alternativo para os novos edifícios do departamento de Química.

Através do caso Bassini diversos outros aspectos começaram a emergir; outros comitês começaram a se pronunciar, prevendo inclusive que poderiam tornar-se o próximo alvo, e de serem destituídos dos territórios que haviam ocupado. Como evitar a captura dos territórios em esquemas especulativos financeiros? Como proteger áreas de interesse sócio-ecológico contra a lógica do crescimento econômico e da cimentação? E as respostas serão variadas. Mas aparentemente nenhuma capaz de interromper os 'tratores do progresso' e da alienação que "obviate living-space entanglement" (Tsing 2015: 5).

No caso Bassini, foram acionados diversos repertórios conflituais e diversas instâncias institucionais foram perseguidas. Eles nos parecem um caso emblemático a respeito do *Modelo Milano*, com um movimento em direção a construção de uma cidade resiliente ao mesmo tempo que promove sua transformação a partir dos mesmos critérios que em primeiro lugar geraram a crise climática e ecológica - aquele da frente modernista e da ‘Grande Aceleração’ (Steffen 2015).

No dia 14 de novembro de 2019 foi realizada uma conferência extraordinária no POLIMI convocada do Reitor Ferruccio Resta para esclarecer os trabalhos de construção do novo departamento de Química. Diante da contestação de diversos grupos, a resposta do reitor foi que o projeto havia seguido os trâmites burocráticos normais e que portanto não faltava legitimidade. Os eventos evoluíram de maneira veloz. Algumas tentativas foram feitas de modo a bloquear ao interno do colégio universitário a decisão de prosseguir com o abatimento das árvores, mas essa se mostrou irreversível, sendo que a maioria votou pela sua continuidade.

No dia 10 de dezembro de 2019, estudantes e moradores conseguem bloquear e suspender os trabalhos a partir da ocupação do canteiro de obras; as ameaças são respondidas com mobilizações e ocupações da área de modo a impedir a retomada dos trabalhos⁴. A situação foi concluída no dia 02/01/2020. Surpreendidos pelo grande número de policiais presentes na área os moradores e ativistas não conseguiram impedir o corte de árvores realizados no local

Esta manhã, às 6h, um grande destacamento da polícia escoltou os trabalhadores que deveriam cortar as árvores no parque Bassini até o canteiro de obras. Os ativistas presentes para vigiar o parque foram totalmente cercados para evitar que voltassem a bloquear as obras. No momento, os trabalhadores estão derrubando as árvores centenárias do parque. Mesmo as garantias do município que havia prometido obter avaliações mais aprofundadas sobre os danos do corte de árvores foram inúteis.

No dia 02/01/2020 se concluiu materialmente a existência do Parco Bassini. Mas isso não significou o fim das mobilizações. Muito pelo contrário, será a partir da trajetória pelo qual a decisão foi tomada e a destruição efetuada que diversos comitês na cidade decidiram se reunir para discutir e agir contra o Modelo Milano.

⁴ “Na sexta-feira, 27 de dezembro, as obras de destruição do parque Bassini poderão recomeçar às 7h30 (...) às 12h00 almoço com sobras do Natal. Durante o almoço haverá música ao vivo. Coisas para trazer para o no parque Sassini: mesas de acampamento; cadeiras de acampamento e não de acampamento (parece que temos uma lista de quantas temos); todos os tipos de sobras (doces e salgadas); bebidas de todos os tipos; pratos de papel, copos e talheres”.

Em decorrência do evento desencadeador de Bassini, a ameaça que pesava sobre outras áreas começou a ser sentida de maneira mais dramática. Segundo os ativistas, era necessário construir uma frente pela defesa do “verde comum” a partir de “todos aqueles que estão se batendo pelos pedaços de verde” na cidade; era necessário “desacelerar os processos de desenvolvimento urbano”. A coordenação destas lutas irá sofrer um grande revés com a emergência sanitária que se abateu na Itália em fevereiro de 2020. Outras áreas foram destruídas em um momento onde as manifestações de massa eram proibidas, e quando muitas pessoas estavam fora da cidade devido ao coronavírus (*smart working* e ensino a distância nas universidades e escolas).

Pietro, um membro de Resilient Gap (depoimento 30/01/2020) resumia assim o percurso de luta na qual foi um dos mais ativos:

A prática é sempre a mesma: projetos são iniciados e novos plantios são prometidos a posteriori (como se os parques pudessem ser quantificados em simples “somas” de árvores) e, quando surgem protestos, os manifestantes são acusados de serem contra a utilidade social da novas construções. Milão é a segunda cidade da Itália em superfícies construídas. No ano passado, foram despejados concreto em 11 hectares de terreno. Basta de consumo de solo. Basta de cimento.

San cristoforo

Nosso segundo caso é o das atividades de um grupo inicialmente denominado 'Scalo rigeneriamo urbano' e atualmente 'Il Olmo in fiore'. O grupo nasceu em 2017 do desejo de transformar um território - a estação ferroviária de San Cristoforo - abandonado durante 30 anos dentro dos limites administrativos do município de Milão com o Corsico. O grupo de jovens - entre 18 e 29 anos - decidiu ocupar a área pertencente à *Ferrovie dello Stato* (FS) para transformá-la em horta coletiva e espaço comunitário para eventos e confraternização.

Regenerar ou recuperar, nas condições empíricas de nossa pesquisa, pode ser entendido como tornar presente essa 'animação do mundo' - estimulante para acolher a proliferação viva em um território limitado. Essas práticas têm sido ativadas como processos de tratamento das perturbações ecológicas e climáticas, bem como pessoal e coletiva. Eles tentaram adquirir um sentido de presença em que a "ação" não humana se tornasse parte de um devir que lhes permitisse escapar das socialidades fósseis, abrindo outras possibilidades de coexistência e transformação relacional do espaço urbano: a regeneração socioecológica emerge como uma resposta a este tipo de situações problemáticas locais.

Escolhemos cuidar desse lugar; optamos por tentar criar uma comunidade; escolhemos paz, respeito e atenção. Intenção e valores que se traduzem em ação concreta (e não ação). Instalamos um novo quadro de avisos na entrada e consertamos o que já existia dentro do oásis, onde podemos deixar rastros, mensagens, ideias para aproveitar melhor o aeroporto e dar informações sobre nossas iniciativas. Periodicamente, tentamos limpar a área de resíduos e objetos abandonados, plásticos e sujeira; Fizemo-lo no dia 25 de abril passado, celebrando a Libertação à nossa maneira, porque - olhando mais de perto - escolher cuidar é o oposto do terrível paradigma do “não me importo”, anátema da irresponsabilidade fascista.

Esta área, no entanto, foi colocada à venda no âmbito de um concurso internacional ligado à rede C40 - denominado Reinventing Cities. O plano diretor é transformá-lo em um parque natural em contiguidade com outra área da ferrovia, onde no final de 2022 deverá surgir um novo prédio de Stefano Boeri - diretor científico da Forestami - denominado “*Bosco Orizzontale*” ou “*Bosco Navigli*”, com o preço do metro quadrado já estimado em 6.000 euros. Em outras palavras, projetos de regeneração autodefinidos operando a partir de perspectivas muito diferentes. Obviamente, não podemos discutir ambos em detalhes; podemos apenas destacar que a presença de plantas na cidade não pode ser avaliada de forma abstrata; mas sim que, de cada experiência, é possível extrair as modalidades de existência que essas plantas podem adquirir, onde ficarão confinadas e quais potenciais serão estimulados ou bloqueados.

A primeira vez que visitamos a área em 2019 os membros do coletivo estavam preparando o terreno para o evento de plantio de flores; a dinâmica da ocupação foi semelhante a outras que visitei na cidade - como a da Vettabbia considerada uma fonte de inspiração e que iremos apresentar no última seção deste trabalho. Em primeiro lugar, tratava-se de limpar o terreno - que em 30 anos de abandono havia se transformado em lixão. Mas essa limpeza teve que preservar a ecologia espontânea que havia surgido. Trabalhando com base na noção de terceira paisagem de Gilles Clement, esses ativistas tentaram suspender as formas de juízo naturalista que prescrevem um papel menor para essa ecologia na dinâmica da diversificação multiespécies do território. As trilhas foram construídas de modo a permitir um caminho sinuoso entre os resquícios da modernização urbana em ruínas - à sombra de um patrimônio arquitetônico considerado de grande valor histórico e estético. Segundo os membros, a regeneração de um espaço urbano não se faz com concreto, mas com pessoas, cultura, ideias e plantas. Em um comunicado publicado na página do grupo no Facebook, eles afirmavam que,

Para regenerar a fertilidade do solo, prepara-o para o oásis que está por vir, hoje no Scalo semeamos o trevo, capaz de fixar o nitrogênio e se auto-semeiar. Empilhamos as mudas deixadas no solo desde a primavera, descobrindo um terreno que já é mais marrom e convidativo do que qualquer outro lugar. Aqui, de acordo com formas e curvas irregulares, nós semeamos. As gramíneas crescem espontaneamente nesta área. Aqui estamos, prontos para cuidar do plantio de novas árvores do Scalo e do plantio de ervas benéficas para o solo. Na quarta-feira, dia 14 de novembro, estaremos lá das 15h até o pôr do sol, será uma forma de compartilhar, de agirmos juntos. Ou a gente fica em casa para curtir o PIB, para se preocupar com a disseminação do vírus, para ter medo dos imigrantes, com certeza é mais importante do que a fertilidade do solo.

A atividade dos membros era mediar entre o território com suas características e dinâmica e a relação dos moradores da área. Alguns dos residentes nos prédios vizinhos viam a ocupação coletiva da terra como uma forma de evitar a degradação social - principalmente o tráfico de drogas. Dentro do imponente prédio inacabado de Aldo Rossi - um nome importante na arquitetura italiana - uma população cada vez mais nova de estrangeiros assustava os moradores. Um homem caminhando em uma manhã de domingo com seu enorme rottweiler me disse que seu cachorro “era preto porque ele só comia gente preta”. Testemunhando minha expressão de horror, Matteo, membro do coletivo reconhecidamente antifascista, garantiu-me que, como pude ver, eles deveriam se envolver não apenas com as espécies vegetais, mas também com a ecologia local da qual faziam parte. Eles tiveram que mediar e experimentar formas de associação que pudessem favorecer o surgimento de novos relacionamentos. Os integrantes do coletivo, por sua vez, mantiveram contato constante com os moradores do prédio de Aldo Rossi dentro do Scalo, com os quais afirmavam manter relações cordiais.

Negociações

Nos últimos meses, o coletivo decidiu abordar os proprietários da ferrovia para tentar encontrar uma solução negociada para a sua situação. Após os primeiros contatos em que foram corteses, segundo eles, o FS interrompeu imediatamente todas as negociações e decidiu encerrar a área já regenerada e transformá-la em armazém de materiais que serão utilizados na regeneração da ferrovia no âmbito do competição *Reinventing Cities*. Seguindo pela ferrovia em direção ao centro de Milão, a floresta codificada na linguagem do urbanismo climático se apresenta como um dispositivo de regulação do clima urbano. O projeto de Boeri gerou inúmeras páginas dedicadas a mais um empreendimento imobiliário com grande potencial para

promover o efeito cascata em toda a área, atraindo mais investimentos e expulsando população de baixa renda - como aconteceu em outras áreas da cidade:

As fachadas também serão caracterizadas por um verde luxuriante: 170 árvores e mais de 8.000 arbustos. Plantas e árvores, no entanto, não serão apenas decoração, mas uma espécie de sistema de resfriamento verde: “As mudanças climáticas vão aumentar os dias de calor nas cidades durante o verão e é por isso que temos trabalhado em novas arquiteturas há vários anos. onde o verde não é um elemento decorativo, mas sim um elemento estrutural”, explicou Stefano Boeri durante a apresentação. Segundo um estudo citado pelo *arquistar*, as folhas das árvores contribuirão para reduzir a radiação solar na estrutura, tal como acontece no "Bosco": "Um estudo sobre os edifícios da Porta Nuova mostrou que as folhas das árvores filtram a maior parte dos raios solares e isso permite uma redução do calor nas fachadas em cerca de 30 graus. Praticamente no Bosco Verticale o ar condicionado dificilmente é usado durante o verão porque o sistema de refrigeração das plantas é eficiente.

Árvores e arbustos são apresentados como componentes tecnológicos do projeto arquitetônico e urbano, formando uma infraestrutura verde funcional. A questão da infraestrutura levanta várias questões já extensivamente estudadas no campo da antropologia da infraestrutura e dos estudos científicos e tecnológicos. Mas a floresta como solução para os problemas climáticos e ecológicos locais tem gerado outras perspectivas nas quais a atual política de desenvolvimento urbano pode ser contestada e criticada. Como em muitas outras experiências na cidade, a árvore torna-se uma aliada na coprodução de processos de subjetivação e ação coletiva para além da lógica que a abstrai como funcional; enfim, numa perspectiva orientada para a produção de um espaço multiespécies - ainda que efêmero e precário.

A regeneração também parte do solo, de seu equilíbrio, de sua população microbiana silenciosa e pró-ativa. Seria fácil comprar sacos de terra, trazer um produto "estranho", enriquecer o Solo levando o que for necessário para outro lugar, pronto para o uso. No entanto, preferimos optar, quando possível, por uma solução diferente, subversiva, obstinada e orgulhosamente ineficaz para o nosso tempo (e para o nosso tempo); recuperar matéria-prima orgânica, como resíduos orgânicos e restos vegetais secos, para a produção de novo composto com produtos de consumo que vêm dos bairros do Solo, do mercado local aos sábados, com adição de cinzas dos fornos da pizzaria próxima e resíduos de processamento de madeira. O percurso urbano de coleta destes ingredientes em empresas, hortas e hortas de bairro vai gradualmente consolidando as suas etapas, dando-nos a oportunidade de converter o lixo em recurso. Graças às sinergias da comunidade que nos rodeia, transfiguramos um desperdício para o tornar fecundo, num circuito virtuoso constituído por uma grande rede de pessoas e de relações.

“Devemos chegar ao Duomo”: a agrofloresta como estratégia periférica

No bairro de Corvetto, na periferia sul de Milão, no início do Parque Agrícola do Sul, foi lançado em 2018 um projeto que consiste na construção de um sistema agroflorestral a menos de 15 minutos do centro da cidade. Nascido da concessão do uso do espaço pela Câmara Municipal de Milão à Cascinet, cooperativa de promoção social e agricultura urbana, este projeto desenvolveu um repertório prático e discursivo peculiar para enfrentar a crise ecológica e climática nos espaços urbanos. Administrado por um grupo de membros do Cascinet chamado *City Forest Community*, esse grupo agora se tornou uma associação chamada *SoulFood ForestFarms*.

A realização da agrofloresta teve dois objetivos principais: aumentar a cobertura florestal no porta sul de Milão e produzir alimentos diversos e saudáveis por meio de uma abordagem que envolvia a construção de um coletivo de praticantes; o objetivo era engajar os moradores do bairro e transformar o espaço urbano que, segundo as falas dos moradores, havia sido abandonado. Segundo Alessandro, um dos principais promotores desta experiência, “A agrofloresta representa uma solução de baixo custo para purificar o ar das nossas cidades e contrariar os efeitos das alterações climáticas” (12 de setembro de 2018). As atividades preparatórias começaram em 2018 principalmente com membros do grupo e amigos; em 2019 a semeadura começou com alguns pessoas (cerca de 10-15), mas com o passar dos meses - juntamente com as contínuas mobilizações climáticas na cidade - a participação nas atividades aumentou e se diversificou (atraindo muitos ativistas locais). Os encontros com os ativistas das Fridays for Future (FFF) e Extinction Rebellion (XR) se multiplicaram - este último tornou-se uma presença constante a ponto de utilizar o espaço de Vettabbia para reuniões e planejamento da ação do grupo.

As atividades desenvolvidas podem ser divididas em 3 três tipos: plantio e manutenção de árvores; cursos para aprofundar o conhecimento sobre seleção, coleta e plantio de sementes; e expansão de infraestruturas através de oficinas de autoconstrução. Foram 4 oficinas: a primeira foi a construção de uma cabana para guardar objetos e se proteger; em seguida, uma ponte de madeira que conecta duas áreas divididas por um riacho (atualmente sem água); a construção de um forno de barro com materiais locais (o que exigiu 4 dias de trabalho intenso, muito participativo e principalmente jovem) e, por fim, um laboratório para a construção de um bio-lago com técnicas adaptadas da permacultura.

Essas práticas e saberes foram apresentados por Pietro (membro da Cascinet) como “dispositivos sustentáveis” que permitiriam a construção de uma certa autonomia dos sujeitos

em relação aos dispositivos de alto carbono: o espaço, degradado e abandonado, é reapropriado em uma ampla chave regenerativa: não a partir de uma avaliação estatística de quanto CO₂ será absorvido pela atmosfera, ou de quantos alimentos ela produzirá; essas alternativas são experimentadas, tanto afetivamente como politicamente, como tentativas de abandonar a infraestrutura de sustentação fósseis. Segundo Carlotta (membro do XR e participante ativo na Vettabbia) era preciso “aprender a viver em situação de catástrofe climática”; aprender a fazer forno, a fazer horta, a produzir um bio-lago, tudo entrou na definição de realização técnica que pode ser útil para enfrentar o colapso das condições ecológicas e climáticas de sustentação.

As ferramentas tecnológicas foram convertidas em finalidades diferentes das criadas: as roçadeiras de 1960 e os resquícios da modernização da paisagem agrícola lombarda passam a habitar esses novos territórios; aí foram acionados não à vista a um ritmo de produção que, talvez, não sejam capazes de satisfazer - as ferramentas presentes estavam em constante manutenção ou simplesmente quebradas e em desuso - mas com o objetivo de experimentar, especialmente, o que poderia ser feito. Eles tiveram que demonstrar, performaticamente, quais ligações corpo-objeto-terra eram necessárias para escavar o solo de maneira adequada, escolher as plantas, realizar a sementeira e a manutenção. Em uma de nossas reuniões para testar o crescimento das plantas, que logo se transformou em um longo debate sobre o que fazer para transformar a cidade como um todo, um membro ativo da Vettabbia sugeriu de maneira jocosa a ideia de que o experimento deveria ser expandido lá: “era necessário iniciar uma ação de guerrilha agroflorestal descentralizada; aprender as técnicas e expandir as ações autônomas para ocupar áreas abandonadas da cidade até chegar ao seu centro”, que neste caso foi identificado através da Catedral de Milão.

As reuniões no Parco della Vettabbia se tornaram oportunidades para divulgar conhecimentos e dispositivos que podem se tornar parte da vida cotidiana. Esses ativistas se engajam em uma política de proximidade, demonstração, contágio e imitação. Isso implica considerar os vínculos corpo-materialidade a partir do esforço emocional e político do qual esses ativistas buscam corporificar as alternativas. “O conhecimento, observou Enrico de Cascinet, não passa apenas pela cabeça”, mas aprendemos com a natureza, tocando-a: o conhecimento tinha que ser corporificado para dar aos sujeitos condições de se orientar autonomamente nos sistemas socioecológicos locais. O trabalho manual poderia estabelecer uma relação direta com uma materialidade que agia, por sua vez, modificando os afetos e o corpo dos ativistas, produzindo uma subjetividade que, por sua vez, buscava trazer à tona outros mundos potenciais.

As práticas de regeneração serviram para 'engajar' os sujeitos, ainda que de forma provisória e espacialmente limitada, em um caminho técnico - plantar, curar - que permitiu a configuração de outros universos relacionais. Talvez seja esse o aspecto que permite atingir e manter um coletivo que variava de 15 a 40 pessoas (ou mais) em cada atividade: o de mostrar, por meio de exemplos, a construção concreta, a relação direta com os objetos, com os materiais, com os seres vivos não-humanos, e que era possível habitar, produzir e viver em uma cidade como Milão de forma diferente.

Conclusão

Neste trabalho tentou-se mostrar alguns aspectos de 'tornar-se ativo em um mundo ativo'. No final, porém, o que considero fundamental é retornar a um aspecto que mencionado no início, o do contexto da ação. O problema do contexto como vimos, em certo sentido, permanece em aberto: não basta supor a existência de dados empíricos gerais capazes de circunscrever um universo pertinente à experiência - isto é, que fornece pontos de vista gerais por meio da qual seria possível avaliar a relevância da ação pessoal e coletiva: o contexto é aberto porque é objeto de disputa sobre o que importa ou não para quem experimenta o 'tornar-se ativo'; constitui o problema que os ativistas procuram responder, e não a solução que poderia fornecer as razões para essas respostas.

A consideração da precariedade do mundo nos permite modificar hábitos interpretativos especializados para acomodar o trabalho de produção de condições de interdependência multiespécies. Se o meio age, não faz sentido continuar a usá-lo como um ponto de referência estável e como uma razão analítica suficiente para esclarecer a lógica da ação coletiva. A ação coletiva, neste caso, gera um contexto no qual deve atuar e isso é conseguido modificando os agenciamentos existentes. A explicitação da agentividade não-humana terá consequências práticas importantes, tanto pessoal quanto coletivamente. O problema (de como responder às alterações climáticas) é imanente às situações e diz respeito àqueles que se deixam levar pelas suas consequências e que devem encontrar respostas adequadas nas condições dadas no seu presente.

Referências

AMIN, Ash & THRIFT, Nigel. 2017. *Seeing like a city*. Cambridge: Polity Press.

Comune di Milano. 2020. *Piano Aria-Clima*: linee guida per l’adattamento ai cambiamenti climatici. Milano.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. 1987. *A thousand plateaus*: capitalism and schizophrenia. Minneapolis: University of Minnesota Press.

HODSON, Mike & MARVIN, Simon. 2010. “Urbanism in the Anthropocene: Ecological Urbanism or Premium Ecological Enclave?.” *City*, 14(3): 298–313.

LATOUR, Bruno. 2017. *Down to earth*: politics in the new climate regime. Cambridge: Polity Press.

LONG, Joshua & RICE, Jennifer. 2018. “From sustainable urbanism to climate urbanism”. *Urban Studies*, 1-17.

LUQUE-AYALA, Andrés; MARVIN, Simon & BULKELEY, Harriet. 2018. “Introduction”. In: A. Luque-Ayala; S. Marvin e H. Bulkeley (eds.), *Rethinking urban transitions*: politics in the low carbon city. New York: Routledge.

SCOTT, James. 1998. *Seeing like a state*: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen & LUDWIG, Cornelia. 2015. “The trajectory of the Anthropocene: the Great Acceleration”. *The Anthropocene Review*, 2(1), 2015: 81–98.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify.

STENGERS, Isabelle. 2020. *Réactiver le sens commun*: lecture de Whitehead en temps de débâcle. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.

TSING, Anna. 2015. *The mushroom at the end of the world*: on the possibility of life in capitalist ruins. Princeton: Princeton University Press.